

ARTIGO

ANÁLISE DA AÇÃO DOS SINDICATOS DOS TRABALHADORES  
DA MINERADORA VALE S.A. NA REGIÃO SUDESTE  
BRASILEIRA

**Resumo**

Após sua desestatização, a Companhia Vale do Rio Doce passou a apresentar um aumento significativo de sua lucratividade, tornando-se uma das maiores empresas de mineração do mundo. Mas, ao mesmo tempo, também se acirraram os conflitos trabalhistas dentro dela. O objetivo deste trabalho foi descrever e analisar algumas características da ação sindical frente à empresa Vale S.A. ao longo de sua existência. Através de revisão bibliográfica e de pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas informais e questionários, realizamos um estudo de três sindicatos da atividade de mineração da região sudeste do Brasil: Sindimina (RJ), Metabase Inconfidentes (MG) e Metabase Itabira (MG). Para esta análise selecionamos duas dimensões da ação sindical: a direta e a vinculada à sociedade. Pudemos aferir que desde a privatização os sindicatos vêm perdendo sua força de negociação e, buscando se fortalecer frente a uma “nova” empresa, redesenham suas estratégias de luta, procurando atuar também junto a movimentos sociais e em redes sindicais no Brasil e internacionalmente.

**Palavras-Chave:**

Sindicatos; Mineração; Vale S.A.; Movimentos Sociais.

**Abstract**

*After its privatization, Companhia Vale do Rio Doce is now presenting a significant increase in profitability, making it one of the largest mining companies in the world. But at the same time, also incited labor conflicts within it. The aim of this study was to describe and analyze some characteristics of industrial action against the company Vale S.A. throughout its existence. Through literature review and qualitative research, through informal interviews and questionnaires, we conducted a study of three unions of mining activities of southeastern Brazil: Sindimina (RJ), Metabase Inconfidentes (MG) and Metabase Itabira (MG). For this analysis we selected two dimensions of union action: direct action and union committed to the society. We could infer that since privatization the unions are losing their bargaining strength and seeking to strengthen against the “new” company, redesign their strategies of struggle, seeking also act on social movements and trade union networks in Brazil and internationally.*

**Keywords:**

*Trade Unions; Mining; Vale S.A.; Social Movements.*

\* Pesquisadora no Programa de Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/UERJ) e no Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT/Unicamp) e estudante de Doutorado em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp/SP).

## Introdução

Este artigo apresenta os dados finais da pesquisa de mestrado realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF), no Estado do Rio de Janeiro. Na referida pesquisa foi problematizada as atuais condições de trabalho dos empregados da empresa mineradora transnacional Vale S.A., outrora Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), no atual contexto da mundialização da economia e frente ao êxito da empresa no mercado global, para então analisar a atuação de alguns sindicatos.

A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) foi criada em 1942, na cidade de Itabira, no estado de Minas Gerais (MG), com os requisitos de um negócio estatal de interesse estratégico e visando produzir para a exportação (MINAYO, 2004). A face paternalista emprestada pelo Estado apresentava a Companhia como portadora de objetivos sociais, levando a classe trabalhadora a tirar partido desse ideal, reapropriando-se da ideologia da empresa a seu favor. Desse modo, quando a produção decrescia (no sentido de que as demandas internacionais diminuíssem), o quadro de empregados apresentava certa rigidez, isto é, decrescia menos e, inclusive, tendia a se estabilizar. Logo, os trabalhadores nessa época, apesar da alta fiscalização hierárquica a favor da produção, não eram dispensados, ocorrendo demissões só em situações julgadas de alta gravidade, como no caso em que o empregado tivesse cometido uma agressão física.

A preparação para a privatização veio acompanhada de vários tipos de mudanças, não apenas de caráter jurídico-legal da CVRD, mas, sobretudo, na estruturação produtiva. Houve enxugamento da força de trabalho (fato inédito na história da empresa), com dispensa direcionada exatamente aos trabalhadores mais antigos, que adotaram, durante toda a trajetória, a ideologia da Vale-Mãe,<sup>1</sup> valorização maior da técnica e instituição de um regime de trabalho cuja filosofia se fundava na competitividade, na polivalência e no incentivo individual.

A efetivação da privatização da CVRD, em 1997, coroou o sentido das mudanças trocando o “dono” da empresa. O estado patrão, hipoteticamente representante dos interesses nacionais, foi substituído por um grupo de proprietários, cuja relevância foi simbolizada na palavra “lucro” em oposição à expressão “sentido social” (MINAYO, 2004).

---

1 Segundo dirigente do Sindicato Sindimina/RJ, essa ideologia é mencionada pelos trabalhadores remanescentes da época estatal, que hoje apelidam a empresa de “*Vale-madrasta*” em contraposição a expressão “*Vale-mãe*” da época em que era estatal.

Se no período estatal, a produtividade era incentivada pelo apelo ao sentimento cívico de gerar divisas ao país, hoje ela tem várias outras formas de ser requerida: recompensa econômica coletiva, grupal ou individualizada (através da participação nos resultados e/ou nos lucros); metas estabelecidas e controladas dia a dia, e, não menos importante, a ameaça velada de um mercado de trabalho excessivamente inflacionado, frente a uma demanda da empresa cada vez mais reduzida. Hoje, as admissões são parcimoniosas e não acontecem na proporção necessária nos momentos de crescimento da demanda,<sup>2</sup> e para cobrir necessidades eventuais a empresa usa o mecanismo das terceirizações.

Frente a este panorama, o objetivo desta pesquisa foi descrever e analisar algumas características da ação sindical frente à empresa Vale S.A. Através revisão bibliográfica e da pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas informais e questionários, realizamos um estudo de três sindicatos da atividade de mineração da região sudeste do Brasil: Sindimina (RJ), Metabase Inconfidentes (MG) e Metabase Itabira (MG).

Este artigo está organizado obedecendo a ordem exposta na dissertação: iniciaremos apresentando um breve perfil dos sindicatos (1), da empresa (2), das condições de trabalho na Vale S.A (3), para, por último, apresentar a coleta dos dados empíricos (4), a análise dos mesmos (5) e as considerações finais (6).

### *Breve Perfil dos Sindicatos Estudados*

Segundo dados do Instituto Observatório Social (IOS), em 2007, existiam 52 sindicatos, que representavam a diversidade de categorias profissionais verificadas na empresa: mineiros, ferroviários, engenheiros, administrativos, técnicos, dentre ou-

---

2 Segundo denúncias do Movimento dos Atingidos pela Vale (ORGANIZAÇÕES, 2010), apesar da imagem de sucesso, desenvolvimento sustentável, solidariedade comunitária e redistribuição social dos dividendos propagados pela empresa, a Vale mostra-se para seus trabalhadores e para as populações tradicionais atingidas, bem mais preocupada em ganhos e lucros de seus acionistas. Tãmanha “despreocupação” em relação aos seus empregados a fez demitir, em 2008, cerca de 2.000 trabalhadores diretos e 12 mil terceirizados no Brasil, de um total de 120 mil trabalhadores em todo o mundo, sendo a metade deles terceirizados, alegando, como justificativa a crise mundial. Entretanto, no ano seguinte, em 2009, a Vale dispunha em caixa o valor de US\$ 12,2 bilhões (cerca de R\$ 28 bilhões, ao câmbio de 2,30). Ademais, a empresa pagou aos seus acionistas neste mesmo ano US\$ 2,5 bilhões (cerca de R\$ 5,7 bilhões de reais). Segundo seu relatório de atividades, em 2008, a Vale pagou US\$ 33 milhões de dólares, equivalente a R\$ 77 milhões, a seis diretores executivos, resultando em quase 13 milhões para cada um, e gastou US\$ 2,1 bilhões de dólares (R\$ 4,8 bilhões de reais) em aquisições desde dezembro de 2008 (fábricas e minas na Colômbia, África, Argentina, Canadá e Brasil). É importante destacar que a empresa se instala, muitas vezes, em cidades pequenas, e passa a ter um papel central na economia da região. O medo do desemprego é latente e poderia ser a causa da existência de uma única greve ao longo de toda a sua história. Se na época da estatal, os trabalhadores se sentiam seguros gozando de uma “estabilidade”, fruto de um “acordo tácito” com a CVRD, com a privatização, o medo das demissões é bem forte.

tros.<sup>3</sup> Parte pertencia a uma das tendências: CUTVALE, Renovação, União & Lutas e a diversas centrais sindicais. Os sindicatos tidos como “Independentes” atuavam organizadamente, não sendo filiados a uma central sindical. Entre os chamados Independentes estavam: a base dos Ferroviários do Espírito Santo e o Sindicato dos trabalhadores mineiros de Carajás, no Pará, que agregava trabalhadores na extração de cobre, ouro e zinco.

Para este estudo selecionamos três sindicados. O primeiro sindicato analisado foi o *Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Prospecção, Pesquisa e Extração de Minérios no Estado do Rio de Janeiro* (Sindimina/RJ), criado em 16 de fevereiro de 1989 e filiado a Central Única dos Trabalhadores (CUT) desde a época de sua fundação. É um sindicato que representa trabalhadores urbanos, empregados e de abrangência estadual. Atualmente representa os trabalhadores da Areeiras, Companhia Baía Porto de Sepetiba (CPBS), Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM), Empresa de Mineração Tanguá (EMITANG), Indústrias Nucleares do Brasil (INB), Mineração Brasileiras Reunidas (MBR) e da Vale S.A.

A relação entre o Sindimina/RJ e Vale foi classificada por um dos sindicalistas como passiva com confrontos pacíficos, onde em alguns momentos, se deu de forma enérgica, mas, na maioria das vezes, de forma conformada. As diversas diretorias adotaram esta postura em respeito aos empregados da Vale que assim o desejavam. O processo de privatização da empresa foi decisivo a adoção de tais posturas, pois “amedrontou” os trabalhadores que passaram a pensar nos riscos de perder o que tinham (VIEIRA, 2005).

Segundo os sindicalistas do Sindimina/RJ, a empresa Vale adota uma política muito legalista, dando sempre muito mais importância aos fatos jurídicos do que aqueles de caráter negocial e político das reivindicações nas negociações sobre acordos coletivos.

O segundo sindicato é o *Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas Extrativas do Ferro e Metais Básicos e Atividades Econômicas Similares, Idênticas e Conexas em Extração do Ferro e Metais Básicos de Congonhas, Belo Vale e Ouro Preto* (Metabase Inconfidentes de Congonhas), localizado na cidade de Congonhas, no estado de Minas Gerais, e faz parte da Associação Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS).

O terceiro sindicato, *Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Extração Mineral e de Pesquisa, Prospecção, Extração e Beneficiamento do Ferro e Metais Básicos e demais Minerais Metálicos e não Metálicos de Itabira e Região - MG* (Metabase Itabira), surgiu no dia 4 de

---

3 INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. Estudo preliminar sobre o perfil mundial da VALE. São Paulo, 2009.

março de 1945, três anos após a criação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e foi fundado pela empresa. Primeiramente como associação (Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Ferro e Metais Básicos de Presidente Vargas - Presidente Vargas porque era este o nome da cidade de Itabira naquela época), e em 1950 transformando-se em sindicato. Segundo descrição no sítio online do sindicato: “O Metabase e a Vale representam [...] os símbolos de um ciclo na história do Brasil. Um período que começa com o país se afirmando como nação, ao construir as bases para o desenvolvimento industrial e uma economia moderna”.<sup>4</sup>

Hoje possui 5.437 associados sendo 2.310 trabalhadores da Vale; 2.931 aposentados e pensionistas e 196 terceirizados e faz parte da Associação Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS).

A sede do sindicato Metabase de Itabira/MG se localiza no município de Itabira no estado de Minas Gerais, há 106 km da capital do estado - Belo Horizonte. Itabira sedia a CVRD desde sua origem. As jazidas minerais localizam-se no entorno ou imbricadas no seu sítio urbano. Segundo Silva e Souza (2002), a partir da instalação da CVRD (1942), a empresa passou a predominar na economia e a influenciar os demais aspectos da vida local na cidade tornando-a um espaço de monoindústria e principal empregadora da cidade. Mas minerar não é uma atividade econômica qualquer. Uma empresa mineradora extrai, explode, dinamita; ações incompatíveis com a vida urbana. Os ruídos com as explosões nas minas, o pó que invade a cidade, a devastação paisagística que provoca são alguns elementos que comprometem a qualidade de vida das pessoas que habitam o entorno imediato das minas (LEITÃO, 2007), e aos quais os trabalhadores da empresa estão diariamente e diretamente expostos.

### *A empresa*

A empresa transnacional Vale S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto,<sup>5</sup> que empregava, em dezembro de 2010, 174,1 mil pessoas (empregados próprios: 70,8 mil e terceiros: 103,3 mil). Neste ano registrou recordes de receitas operacionais de US\$ 46,5 bilhões, um lucro operacional medido pelo EBIT<sup>6</sup> (lucro antes de juros e impostos) de US\$ 21,7 bilhões, uma margem operacional de 47,9%, e um lucro líquido dos acionistas controladores de US\$ 17,3 bilhões.<sup>7</sup>

---

4 Fonte: <http://www.metabase.com.br>.

5 Empresa de Capital Aberto é uma sociedade anônima cujo capital social é formado por ações – títulos que representam partes ideais – livremente negociadas no mercado sem necessidade de escrituração pública de propriedade (por parte da pessoa física compradora).

6 *Earnings Before Interest and Taxes*.

7 VALE S.A. RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE DA VALE, 2010.

Destina a maior parte dos lucros aos seus acionistas privados sob a forma de dividendos: dos US\$ 49,2 bilhões em lucros desde a privatização, US\$ 13,4 bilhões foram distribuídos entre eles.<sup>8</sup>

É a maior mineradora diversificada das Américas e a segunda maior companhia na indústria global de mineração de metais. Ao longo de sua história, a empresa expandiu suas operações do sudeste do Brasil, principalmente do Estado de Minas Gerais para todas as regiões do país. Seu expansionismo mundial a leva a atuar hoje nos cinco continentes.

Os financiamentos diretos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) passaram a ser centrais para se compreender o processo de expansão e internacionalização das atividades da Vale. Em 2008, o BNDES liberou um financiamento de R\$ 7,3 bilhões para a Vale, tratando-se da maior linha já disponibilizada pelo Banco para uma única empresa.<sup>9</sup> Além disso, o BNDES participa simultaneamente do controle acionário da Companhia e do fornecimento de fundos para investimentos e capital de giro da Vale.

Graças a isso, o valor de mercado da Vale atingiu a cifra de US\$187 bilhões, em maio de 2008, situando a empresa como a segunda empresa de mineração e metais do planeta.

### *Condições de trabalho na empresa privatizada*

Segundo o Relatório de Sustentabilidade da Empresa, divulgado em 2010, a Vale emprega 174 mil pessoas, dentre empregados próprios (com contrato de trabalho por prazo indeterminado) e terceiros (prestadores de serviço em atividades permanentes e em projetos), um aumento de 33,5 mil pessoas na comparação a 2009.<sup>10</sup>

Deste total, 40% correspondem aos empregados das empresas adquiridas na área de fertilizantes (o aumento no quadro de funcionários pode estar mais relacionado com as novas empresas adquiridas do que com a contratação de novos

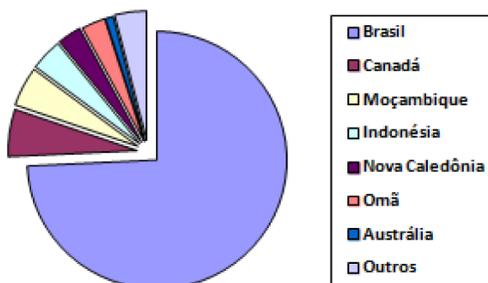
8 ORGANIZAÇÕES INTEGRANTES DO I ENCONTRO INTERNACIONAL DOS ATINGIDOS PELA VALE. Dossiê dos impactos e violações da Vale no mundo, 2010. Versão preliminar do documento sujeita a modificações. Rio de Janeiro, abril de 2010. Disponível em [http://atingidospelavale.files.wordpress.com/2010/04/dossie\\_-versaoweb.pdf](http://atingidospelavale.files.wordpress.com/2010/04/dossie_-versaoweb.pdf)

9 BNDES libera R\$ 7,3 bi para a Vale investir no Brasil. Estado de São Paulo, 1 de abril de 2008. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/economia,bndes-libera-r-73-bi-para-vale-investir-no-brasil,149399,0.htm>

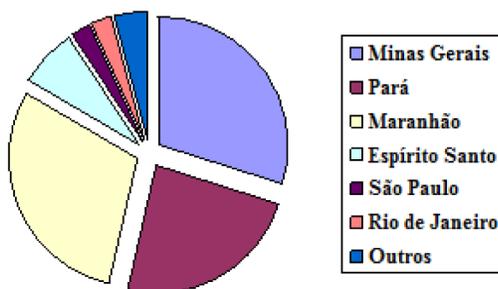
10 Cabe lembrar que no período de 2008/2009 ocorreu uma forte crise econômica mundial. A empresa Vale, nesse período, demitiu um número elevado de trabalhadores, usando a crise como justificativa. Essa justificativa foi/é questionada pelos movimentos sociais, como base nos números de dividendos distribuídos pela empresa aos seus acionistas, que não sofreu qualquer alteração. Nesse sentido, o que é afirmado é que a crise afetou apenas os trabalhadores da empresa. Outro elemento importante a destacar é que através de uma simples conta matemática comprova-se que a empresa demitiu mais que contratou em 2010.

empregados). Aproximadamente 75% dos empregados da Vale atuam no Brasil. Os empregados terceirizados trabalham nas obras de reforma, de expansão, de novos empreendimentos, nos contratos de manutenção, limpeza e segurança patrimonial, entre outros tipos de prestação de serviços.<sup>11</sup>

**GRÁFICO: DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS  
PROPRIOS MAIS TERCEIRIZADOS NO MUNDO (2010)**



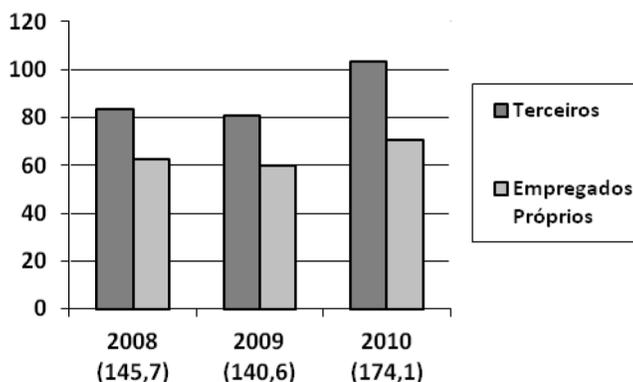
**GRÁFICO: EMPREGADOS PROPRIOS MAIS  
TERCEIRIZADOS POR ESTADO BRASILEIRO (2010)**



Fonte: Relatório de Sustentabilidade da Vale (2010)

<sup>11</sup> Existe uma falta de clareza nos relatórios para distinguir trabalhador terceirizado de contrato temporário. As fraudes por conta dessa “confusão” são conhecidas. Dentre elas a demissão de trabalhador direto e sua recontração como temporário. Este trabalhador passaria a exercer a mesma atividade de antes. Neste sentido surgiu o termo “rodar carteira”, quando o empregado faz outra carteira de trabalho para registrar novo contrato temporário com a mesma empresa, às vezes sem nem ao menos gozar do seu direito de férias.

## GRÁFICO: QUADRO DE PROFISSIONAIS EM MILHARES



Fonte: Relatório de Sustentabilidade da Vale (2010)

A taxa de *turnover*<sup>12</sup> global da Vale, ou seja, a soma de empregados que deixaram a organização voluntariamente ou não (incluindo aposentados), dividida pelo número de empregados próprios (incluindo aposentadorias e desligamentos) foi de 6%, em 2010, o que significou, segundo o relatório, uma redução expressiva em relação à taxa de 2009, ano da crise econômica mundial, de 10,6.

## TABELA: ROTATIVIDADE POR REGIÃO

	2008	2009	2010
Brasil	8,0%	9,2%	5,4%
Canadá	5,0%	19,7%	10,8%
Indonésia	7,0%	9,1%	6,1%
Austrália	18,0%	13,4%	9,5%
Nova Caledônia	-	-	6,7%
Moçambique	-	-	6,0%
China	32,0%	16,7%	3,2%
Outras	7,0%	16,5%	6,3%

Fonte: Relatório de Sustentabilidade da Vale (2010)

12 Os dados oferecidos pela empresa não podem ser nossa única fonte de análise, pois, aparentemente, possuem algumas lacunas (propositais ou não), como, por exemplo, ficou a dúvida de como foi calculada a taxa de turnover: apenas com trabalhadores próprios, ou também com o que a empresa chama de terceiros (onde já existe outro erro pois, a empresa chama de terceiros quaisquer trabalhadores que sejam contratados temporariamente ou por terceirização, e existe uma clara distinção na doutrina jurídica).

A Vale afirma oferecer, a todos os seus empregados *próprios*, salário igual ou superior ao mínimo legal praticado em cada localidade, e ainda um pagamento de remuneração variável. Neste programa, o empregado é bonificado de acordo com o seu desempenho individual, de sua equipe, do seu departamento e da empresa, incluindo questões de sustentabilidade, tais como Saúde e Segurança.<sup>13</sup> Em 2010, 87% dos empregados *próprios* da Vale tiveram o seu desempenho avaliado, sendo a grande maioria por meio do sistema global.

A empresa afirma, ainda, oferecer a 99% dos funcionários (*não especificou se são todos, incluindo os terceirizados*), benefícios como plano de saúde, seguro de acidentes e de acidentes pessoais. Já os benefícios relacionados à previdência privada,<sup>14</sup> auxílio-transporte, formação educacional, refeição no trabalho e/ou auxílio-alimentação e Plano de Assistência ao Empregado (PAE)<sup>15</sup> são oferecidos para cerca de 90% dos empregados *próprios* da Vale (ou seja, excluindo os *terceirizados* e os *temporários*).

Apesar deste panorama positivo, extraído do Relatório de Sustentabilidade da empresa do ano de 2010, o *Sindicato Metabase Inconfidentes*, afirmou que, nos regulamentos internos da empresa, ela busca mostrar autoridade e exigir uma produção cada vez maior, e que a relação com a diretoria da empresa também não é muito boa. Segundo um dos dirigentes sindicais entrevistados:

[...] o diálogo quase não existe, nos acordos a empresa trata as reivindicações dos trabalhadores como um fato a ser apenas debatido, posso dizer que 95% das cláusulas de acordo não são atendidas e as que são é de forma parcial, insistem em jogar cláusulas de interesse da empresa para aumentar seu controle sobre os trabalhadores e burlar a legislação vigente, organização por local de trabalho ainda é um tabu para direção da empresa, discutir cláusulas que envolvem a comunidade, ou movimentos sociais não querem nem escutar. Existe uma política permanente de cooptação do movimento sindical, através da eleição do representante dos trabalhadores no conselho de administração da empresa.

---

13 As questões de sustentabilidade, como saúde e segurança, coincidentemente também fazem parte do índice de avaliação da Bovespa que avalia a empresa anualmente.

14 O plano de previdência privada, a Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social (Valia), responsável pela gestão dos planos de previdência complementar das empresas como Vale, Urucum Mineração, Vale Manganês, FCA, CPBS, PPSA, Cadam, Valesul, Alunorte e Albras, é uma entidade fechada sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. As empresas de fertilizantes, recém-adquiridas, estão em processo de adesão.

15 O programa de assistência ao empregado (PAE), além do Programa de Suporte a Incidente Crítico, do Programa de Planejamento de Aposentadoria (PPA) e do curso online de Orçamento Familiar e Planejamento Financeiro representam uma ajuda da empresa aos empregadores, para lidarem como problemas emocionais, financeiros e jurídicos, segundo informação do Relatório de Sustentabilidade.

## Terceirizações

As terceirizações, de uma forma geral, se intensificaram nas últimas décadas e têm como objetivo permitir ao empregador reduzir custos que se fariam presentes em virtude de gastos com encargos trabalhistas em função da contratação de mão de obra direta.

De acordo com Bossi, *et. al.* (2009), os trabalhadores terceirizados na Vale, geralmente, realizam atividades que envolvem maior risco, tanto que, dos 14 acidentes fatais ocorridos em 2007, 11 envolviam trabalhadores terceirizados.

Além disso, segundo o *Metabase Inconfidentes*, o número de trabalhadores terceirizados da Vale, atuando na mesma atividade exercida pelos trabalhadores diretos afiliados a seu sindicato na sua área de abrangência, é aproximadamente na ordem de 0,5 por 1 dentro das minas que representam, mas já foi de 3 por 1. O sindicato atua em defesa dos terceirizados, com denúncias nas Delegacias Regionais do Trabalho e processos.

Já de acordo com o *Metabase de Itabira*, uma decisão da Justiça do Trabalho fez com que o sindicato recuasse na atuação em defesa dos terceirizados, pois a maioria deles é representada por outro sindicato.

Os casos de terceirização de trabalhadores demitidos para exercer a mesma função como terceirizados no mesmo local são comuns (IOS, 2004). Nesses casos, os salários são rebaixados e os benefícios não são extensivos aos seus familiares.<sup>16</sup> As fraudes envolvendo empreiteiras que prestam serviço a Vale também são comuns, como, por exemplo, o caso da empresa Serminas, que não possuía empregados, e sim 50 sócios que não tiravam férias e nem recebiam décimo terceiro salário e foi contratada pela Vale para transportar pessoas e materiais (IOS, 2004).<sup>17</sup>

---

16 A contratação de trabalhador por contrato temporário para atuar em atividades-fim da empresa também é considerada outro problema relacionado à terceirização na empresa.

17 A respeito deste assunto segue a Notícia do TST, de 9 de outubro de 2003: 09/10/2003. Vale é condenada por contratar cooperativas fraudulentas. A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve a condenação imposta à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) por contratar cooperativas de trabalho fraudulentas para atuar na mina de extração de minério de ferro Timbopeba, no município de Ouro Preto (MG). A Vale terá de registrar todos os empregados contratados por intermédio das cooperativas e garantir a todos os direitos assegurados na Constituição. Essas cooperativas são constituídas apenas com o objetivo de burlar direitos dos trabalhadores e sua proliferação têm chamado a atenção de autoridades da Justiça do Trabalho e também da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A condenação é decorrente de acolhimento pelo TRT de Minas Gerais de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT). [...] A Cooperativa Nacional dos Trabalhadores Autônomos Ltda. (CNAP) forneceu à Vale do Rio Doce 48 supostos cooperados para trabalhar em atividades-fim da empresa como escavação do solo e transporte de matéria-prima na mina da Timbopeba. Muitos cooperados informaram aos fiscais da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) que já tinham trabalhado para a Vale antes, desempenhando as mesmas funções, nos mesmos locais de trabalho e recebendo remuneração superior. [...] Já a empresa Serminas – Serviços de Mina Ltda. – tem uma característica atípica: não possuiu nenhum empregado, mas

## *Aplicação da técnica da pesquisa para coleta dos dados empíricos*

Para a análise da ação sindical utilizamos um esboço conceitual proposto por Mattos (2009) e um quadro analítico inspirado na obra organizada por Bensusán (2006). O quadro analítico nos ajudou a conduzir nossa reflexão sobre o tema. Seleccionamos duas dimensões de ação sindical: a direta e a ação sindical vinculada à sociedade.

As variáveis escolhidas para a ação direta foram: greves; mecanismos de manifestação coletiva (manifestações teatrais); criações de redes sindicais e ação sindical que o sindicato tomou diante das perdas coletivas (demissões em massa). A variável da dimensão “ação sindical e sociedade” escolhida foi a participação em movimentos sociais. A metodologia e fontes empregadas foram a revisão bibliográfica, entrevistas com dirigentes sindicais e aplicação de questionários.

Buscamos separar a ação sindical em três períodos históricos: frente à empresa estatal, frente à empresa em processo de privatização (onde estabelecemos um período de 10 anos que antecederam a privatização) e frente à empresa já privatizada (a partir de 1997).

### *Resultado da pesquisa empírica*

#### *Vale Estatal – período de 1942 a 1986*

Encontramos dificuldade para coletar dados suficientes acerca do período da Vale S.A. como empresa totalmente estatal, antes do desmonte que sofreu para a privatização, porque vários sindicalistas ingressaram na empresa nesse último período e o sindicato *Sindimina/RJ* foi criado em 1989. Pedimos nos questionários a indicação de antigos sindicalistas da época da empresa estatal para que pudéssemos entrevistá-los para esta pesquisa, mas não obtivemos resposta. Mas pelo o que pudemos aferir junto ao *Metabase/Itabira* neste período não eram realizadas greves e nem manifestações, pois, raramente algum trabalhador era demitido. As despedidas pro-

---

50 “sócios”. A empresa fazia o transporte de pessoas e materiais para a CVRD. “Pela estrutura jurídica da Serminas, sem ter empregados e prestando os sócios, diretamente, serviços à CVRD e dela recebendo verbas tipicamente trabalhistas, é, sem dúvida, um instrumento criado para a execução da fraude trabalhista”, sustentou o acórdão do TRT, mantido pela Quarta Turma do TST. [...] (RR 738714/2001) (GRIFOS NOSSOS).

Fonte: [http://ext02.tst.jus.br/pls/no01/NO\\_NOTICIAS.Exibe\\_Noticia?p\\_cod\\_noticia=2985&p\\_cod\\_area\\_noticia=ASCS&p\\_txt\\_pesquisa=cvrd](http://ext02.tst.jus.br/pls/no01/NO_NOTICIAS.Exibe_Noticia?p_cod_noticia=2985&p_cod_area_noticia=ASCS&p_txt_pesquisa=cvrd)

movidas pela empresa nesse período eram raras nas minas de Itabira e não ocorriam demissões em massa. Também não havia redes sindicais.

Ocorreram aproximadamente 45 (quarenta e cinco) negociações e acordos coletivos junto à empresa nesse período e os resultados, na maioria das vezes, eram os esperados. As reivindicações mais negociadas e direitos conquistados por via de negociação foram a correção salarial acima da inflação, abonos e benefícios sociais. Nessa época não houve ano sem negociação salarial. Nem o sindicato e nem a empresa ajuizavam dissídios coletivos naquela época. O que podemos afirmar com base na obra de Minayo (2004) é que até a década de 1970, apesar das condições de trabalho não serem as ideais, os trabalhadores evitavam questionar a empresa por conta de dois motivos: as recompensas salariais que eram boas e a ideologia nacional desenvolvimentista que vigorava na época. Segundo a autora, “os mecanismos salariais na CVRD tendem a educar o trabalhador para ser produtivo, competente e grato”. Além disso, o medo do desemprego acentuou a submissão dos trabalhadores desmobilizando-os.

De acordo com o *Metabase/Inconfidentes*, no período totalmente estatal, existiu uma coordenação nacional, na qual participavam, com funcionamento regular e profissional, mesmo com diferenças entre as várias tendências existentes na época, mas com muito mais maturidade política para entender essa necessidade. As demissões eram esporádicas, falava-se na época que se empregar na Vale era quase a mesma coisa que entrar no serviço público para o trabalhador comum.

Já na década de 1980 (durante o período do governo militar), qualquer manifestação política no país era reprimida e na empresa era punida como falta grave, e por isso os dirigentes que iniciaram a retomada dos sindicatos na época, agiram muitas vezes na clandestinidade até que tivessem condições de ganhar os sindicatos.

As negociações coletivas aconteciam anualmente e os resultados eram os esperados. As reivindicações mais negociadas, em seu período totalmente estatal, foram a carteira de benefícios e direitos aprimorados durante o tempo, principalmente no que tange a assistência médica, salários e outros. Os benefícios sociais eram os investimentos nas cidades onde a CVRD tinha suas operações, como hospitais, moradia para os trabalhadores, clubes e outros. Eles não têm notícia de nenhum ano sem negociação. Ajuizaram apenas um dissídio coletivo na época de estatal (mas não especificaram a demanda).

O *Metabase/Itabira* afirmou que nesse período o sindicato não participava de movimentos sociais. Já o *Metabase/Inconfidentes* não soube informar.

O período de preparo para a privatização foi caracterizado pela diminuição dos direitos dos trabalhadores da empresa. Essa era uma das estratégias visando permitir que a empresa fosse privatizada sem gerar grandes prejuízos para os compradores. Esse também foi um momento histórico em que a economia brasileira passava por grandes mudanças. Nas últimas décadas do século XX, no Brasil ocorreram reformas patrimoniais que se concentraram no processo de desestatização, principalmente através da privatização de empresas estatais buscando-se o equilíbrio financeiro do Estado (COSTA e PECCI, 1999). A privatização era vista como uma forma de reduzir o poder do Estado sobre o processo de alocação dos recursos no sistema produtivo; de estancar a sangria financeira imposta ao Tesouro por empresas estatais deficitárias; e de eliminar o efeito da ineficiência alocativa do Estado sobre a administração de empresas estatais, deficitárias ou não, que tenderia a reduzir sua capacidade de corresponder aos padrões tecnológicos competitivos vigentes na economia mundial.

As razões que impulsionaram as privatizações foram conjunturais e estruturais. As de natureza conjuntural foram geradas pela grave crise econômica que o Brasil estava passando durante os anos da década de 1980. A privatização era interpretada como um mecanismo positivo visando a redução do déficit público e de controle da inflação: objetivava-se destinar a receita obtida com a venda das empresas estatais para cobrir o déficit e aumentar a poupança do governo, liberando o Estado do gasto com novos investimentos. E por outro lado, a partir da mudança da sua política intervencionista, buscava-se aumentar a credibilidade do Estado brasileiro frente aos organismos internacionais, tais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

As de natureza estrutural foram geradas pela onda mundial neoliberal que caracterizou a década de 1980, tendendo a sublinhar as falhas da intervenção estatal e fortalecer a confiança nas forças livres do mercado. O contexto internacional também influenciou fortemente nesse processo. As reformas neoliberais dos governos Thatcher e Regan e a derrocada do socialismo nos países do bloco comunista contribuíram para dar mais argumentos aos neoliberais. Além disso, as transformações nas formas de produção geradas pelos avanços tecnológicos exigiam maior flexibilidade e competência das empresas estatais, características que estas organizações, sujeitas a normas e restrições burocráticas, eram incapazes de oferecer (COSTA e PECCI, 1999).

Várias empresas privatizadas ficaram mais eficientes e lucrativas, principalmente a partir da década de 1990, com o impacto das medidas de abertura econômica e desregulamentação. A Companhia Vale do Rio Doce, por exemplo, privatizada em

1997, já apresentava em 1998 o maior lucro bruto de sua história (R\$ 756 milhões), que representava um crescimento de 46% sobre o resultado do ano anterior. No entanto, Costa e Peci (1999, p. 13) não descartam que outros fatores possam ter influenciado na obtenção desse resultado, tal como a melhoria dos preços nos mercados internos e externos.

O corte de vários direitos dos trabalhadores da empresa também pode ter contribuído para o crescimento tão significativo da empresa em tão pouco tempo. Segundo os dados levantados com os dirigentes sindicais do Sindimina/RJ, em 1990, os benefícios começaram a diminuir e, através de acordos coletivos a Vale passou a “comprar” os benefícios, como o reembolso educacional. Contudo as assembleias eram forçadas e existia coação para que as propostas fossem aceitas. Assim, durante as negociações coletivas a empresa começou a indenizar benefícios retirados (tais como adicional por tempo de serviço, férias-prêmio e bolsa de estudos dos dependentes dos trabalhadores) e a arrochar os salários. As reivindicações mais negociadas, no período que antecedeu a privatização, foram o reajuste salarial e manutenção de conquistas sociais. O Metabase Itabira ajuizou um dissídio coletivo em 1988 quando recuperaram diferença de reajuste do Plano Bresser (plano econômico de 1987).

Segundo dirigentes do Metabase/Itabira, em março de 1989, ocorreu a única greve geral no Brasil que fez, frente a empresa (já havia ocorrido uma em 1945, apenas na cidade de Itabira), com duração de 10 dias e adesão praticamente total dos trabalhadores da CVRD. A mobilização era muito intensa com manifestações nas portarias e passeatas nas ruas da cidade. O país vivia um período inflacionário bastante intenso que corroía o poder de compra dos salários e que exigia do sindicato constantes campanhas de reposição salarial.

As demissões promovidas pela empresa no período que antecedeu a privatização eram praticadas através de planos de incentivo ao desligamento para os trabalhadores aposentáveis, o que acabava sendo favorável aos trabalhadores, que se aposentavam em melhores condições. A exceção foi no governo Collor, início de 1990, que através de decreto deliberou por um corte linear de 10% dos trabalhadores de todas as estatais. O sindicato, frente a estas demissões em massa, participou de manifestações no Congresso Nacional pela reintegração dos demitidos. Esse movimento, que envolveu entidades sindicais de todo o país, resultou na Lei da Anistia promulgada no final do governo do presidente Itamar Franco.

O sindicato participou ativamente dos movimentos sociais contra a privatização da CVRD juntamente com outros segmentos organizados, como a igreja, partidos políticos, prefeitura, câmara, etc. Em 2 de junho de 1995, aconteceu em Itabira um grande ato público contra a privatização da Vale, com a presença de personalidades

políticas como Luiz Inácio Lula da Silva, Leonel Brizola, Aureliano Chaves, Patrus Ananais e dentre outras. Nesse dia foi elaborada a “Carta de Itabira” que denunciava “o entreguismo e o descaso do governo federal com o patrimônio público”.

Já os sindicalistas do *Metabase/Inconfidentes* afirmaram que este período foi bem conturbado com a greve em 1989, pela implantação do turno de seis horas e lutas salariais e vários anos de manifestações visando denunciar a empresa nos primeiros de maio, ocorreram corte de conquistas, demissões, panelaço na cidade de Mariana (MG) em 1991 com os trabalhadores e familiares contra a política de arrocho praticada pelo governo e já denunciando a intenção do governo de privatizar a CVRD. Em 1993 houve uma manifestação em praça pública denunciando a política de privatização da Vale e demissões. Em 1994 ocorreu um ato em conjunto com outros sindicatos de Minas Gerais e do país contra a privatização e demissões que continuavam a acontecer. Isso perdurou até 1997 quando realizaram o maior ato na região, na cidade de Ouro Preto (MG), com a presença de 15 mil pessoas, onde tomaram a Praça Tiradentes. Logo após, fizeram parte da organização e do ato contra a privatização da CVRD no Rio de Janeiro, onde aconteceu um conflito com a polícia.

#### *Empresa Privatizada 1997-2011*

Segundo os dirigentes sindicais do *Sindimina/RJ*, em 2003 ocorreu uma crise devido a ameaça de aumento da jornada de trabalho dos trabalhadores do setor administrativo, de 37,5 hs/semanais para 40 horas semanais. Ainda neste ano a mineradora ofereceu um aumento de 10% frente aos 29,5% exigidos pelos trabalhadores. O aumento reivindicado pelos funcionários referia-se à variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M).<sup>18</sup> Em resposta a contraproposta da Vale, os trabalhadores protestaram fazendo uso de uma manifestação teatral: distribuíram bananas aos funcionários da Vale na porta da empresa. Nessa ocasião, uma jornalista da agência internacional de notícias *Reuters* divulgou a manifestação, o que foi para eles algo positivo, porque alegam que a Vale não permite que publiquem notícias negativas sobre ela. Afirmaram ainda que, por conta da reportagem, os preços das ações da Vale do Rio Doce caíram, gerando a demissão de um funcionário da empresa da área de comunicação.

---

18 O artigo 10 da Lei nº 10.192 dispõe que os salários e as demais condições referentes ao trabalho continuam a ser fixados e revistos, na perspectiva data-base anual, por intermédio da livre negociação coletiva. O art. 13 da mesma norma reza que nos acordos, nas convenções ou nos dissídios coletivos é vedada a fixação ou estipulação de cláusula de reajuste salarial automática vinculada a índice de preços. (MARTINS, 2010a: 326)

Em 2009 houve um ato de enfrentamento que contou com cerca de 1.500 manifestantes reunidos em frente à sede da mineradora no Rio de Janeiro e com a presença do presidente da CUT Nacional, Artur Henrique da Silva Santos. Mesmo intimidados por um grande número de policiais militares, os trabalhadores defenderam as bandeiras do emprego, salário e direitos trabalhistas. O ato foi considerado o maior e o mais importante desde a privatização da empresa em 1997.

Com relação às greves, no Brasil ocorreu apenas a greve de 1989, contudo, nas entrevistas, os dirigentes sindicais afirmaram que a greve no Canadá (2009/2010), onde, em 2006, a Vale adquiriu a mineradora INCO formando a Vale Inco, e que durou cerca de 1 ano, recebeu amplo apoio de muitos trabalhadores no Brasil, inclusive do sindicato Sindimina/RJ. Também participaram da tentativa frustrada de criar uma rede sindical.

Já o *Metabase/Itabira* afirmou que, apesar de não realizarem nenhuma greve, em época de negociação salarial há manifestações do sindicato nas portarias da empresa, porém com pouca adesão dos trabalhadores. Sobre a rede sindical, participaram de algumas discussões, mas sem muito envolvimento. Afirmaram que a relação do sindicato com os outros não é boa e que já chegou a haver três grupos de sindicatos negociando com a Vale. Reconheceram que isso divide os trabalhadores e enfraquece a luta por melhores condições de trabalho. Eles afirmaram estar sempre chamando a unidade dos sindicatos para fortalecer o poder de pressão, mas que o principal motivo que emperra a construção da unidade dos sindicatos é que a maioria deles é submissa à empresa e não cumpre as suas principais funções de conscientizar os trabalhadores e organizar a luta por melhores condições de vida.

As demissões promovidas pela empresa após a privatização são feitas, segundo o sindicato, em conformidade com a lei, o que para eles é sinônimo de “sem nenhum incentivo” e que demonstra uma representação negativa em relação à legislação trabalhista.

Afirmaram que na última crise (2008-9), a Vale chegou a demitir em todo o país cerca de 3.000 trabalhadores, sendo em Itabira, mais de 1.000 terceirizados. Frente a esse quadro, o sindicato criou na cidade a “Frente em Defesa do Emprego e das Cidades Mineradoras” conjugando sindicatos, entidades populares, igrejas, prefeitura, vereadores, etc. e realizando no dia 9 de janeiro de 2010 um Ato Público que levou milhares de pessoas às ruas para se manifestar contra as demissões. Para os dirigentes sindicais entrevistados esse movimento impediu um número maior de demissões.

O sindicato realizou, a partir da privatização, 12 negociações com 10 acordos coletivos. A partir 2009 os acordos tem sido bianuais e nunca deixaram de ocorrer. Os resultados não são os esperados e as reivindicações são por melhores salários e participação nos resultados e lucros. Chegaram a negociar banco de horas, mas ele não existe, o que existe é conhecido como “compensação de horas” na qual o trabalhador faz a opção de folgar ou receber horas extras. Nem o sindicato e nem a empresa ajuizaram dissídios coletivos.

Por último, a relação do *Metabase/Inconfidentes* com a empresa privatizada não é positiva. De acordo com os dirigentes, após a privatização, a Vale deixou de repassar a mensalidade dos sócios do sindicato e não sentou com o sindicato para negociação de acordo coletivo, sendo que essa atitude demorou quase dois anos para ser resolvida. E só foi resolvida por pressão de parte do movimento sindical do setor e, principalmente, de outros setores. Ainda afirmam que a empresa busca “comprar” dirigentes sindicais para esfacelar o movimento sindical, e que por isso hoje não existe organização a nível nacional. O *Metabase/Inconfidentes* é a favor da criação da Rede Sindical, mas afirmam que os sindicatos, na maioria, não perceberam ainda sua importância.

[...] infelizmente houve por parte de alguns participantes a não compreensão da importância da continuidade dos debates e também por não aceitarem a nossa presença na constituição da Rede Sindical. Para nós significava um avanço, mas infelizmente não se concretizou.

Afirmam buscar, a todo o momento, o diálogo com outros sindicatos de trabalhadores da Vale, mas que não ocorre visto que existe uma parcela importante do movimento sindical que defende abertamente a política da empresa contra os trabalhadores.

Afirmaram que as demissões promovidas pela empresa depois da privatização foram totalmente injustas, visando somente o lucro e o aumento de produtividade, geradas também pelo assédio de todos os tipos por causa do excesso de autoridade dos cargos de chefia. Ocorreram demissões em massa após a privatização, e a mais significativa foi a de 2008, na administração ex-presidente da empresa Roger Agnelli. Frente a isso, o sindicato participou de uma luta nacional, encabeçada por eles e pelo *Metabase Itabira*, com denúncias ao Ministério Público, atos com os movimentos sociais em várias cidades do estado de Minas Gerais, como em janeiro de 2009 em Itabira com 15 mil pessoas nas ruas e o de Mariana que reuniu 12 mil pessoas, denúncias na imprensa nacional e internacional, informes ao movimento sindical e social do mundo inteiro, denúncias na OIT e várias outras iniciativas.

As negociações coletivas junto à empresa após a privatização são anuais. Ocorreram dois acordos com zero por cento de reajuste e uma pressão forte nas áreas com demissões. As reivindicações mais negociadas e os direitos conquistados foram: avanços mínimos na assistência médica supletiva, cartão alimentação, ganhos maiores nos salários variáveis e queda no custo fixo. Afirmam que a empresa continua fazendo “cortes secos” nos direitos após a privatização ou comprar benefícios via negociação.

Na época da crise do final de 2008 e 2009 não assinaram nenhum acordo que previa redução salarial para segurar empregos e nem de férias coletivas. O sindicato sempre foi contra implantação de banco de horas, mas existiu durante alguns anos e há uns três anos não existe mais, mas em outras bases de outros sindicatos ainda é praticado. Com relação aos dissídios coletivos, afirmaram que ficou muito complicado depois da mudança na legislação, pois as duas partes teriam que concordar. Eles não descartam este instrumento, mas não têm uma boa visão dele.

Na dimensão ‘sindicato e sociedade’ o *Sindimina/RJ* participou dos dois Encontros Internacionais dos Atingidos pela Vale. Também participou da ‘missão de solidariedade e investigação de denúncias’ que esteve em Santa Cruz/RJ, em 2010, nas imediações da recém-inaugurada ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), juntamente com técnicos, pesquisadores, acadêmicos, parlamentares, personalidades atuantes nas áreas de direitos humanos, meio ambiente e saúde com o objetivo de prestar solidariedade às comunidades da região.

O Metabase/Inconfidentes participou dos Encontros Internacionais dos Atingidos pela Vale e de sua organização, pois, segundo o dirigente sindical: “[...] temos por princípio que a luta deve ser de todos e não de forma corporativista. Acreditamos que o movimento sindical não deve organizar a luta somente pelo lado economicista deve ser mais amplo a exemplo do meio ambiente e das populações atingidas”.

Já o *Metabase/Itabira* afirmou não ter participado dos Encontros Internacionais dos Atingidos pela Vale, pois afirmaram não terem sido procurados. E participam pouco de movimentos sociais depois da privatização.

O Movimento dos Atingidos pela Vale se propõe a articular e consolidar uma rede de movimentos sociais, organizações e centrais sindicais de diversos países, incluindo populações, comunidades e trabalhadores atingidos negativamente nas suas formas de vidas e nos seus direitos pela forma de atuação da Vale e assim ser capaz de implementar estratégias coletivas de enfrentamento a empresa em escala global (ORGANIZAÇÕES, 2010), constituindo uma inovação e um mecanismo de quebra

de particularismos e fragmentações. Foi idealizado por seus realizadores como uma tentativa de formar uma comunidade composta por atores, em busca de tornar realidade algo que sozinhos não conseguiram concretizar.

O I Encontro dos Atingidos pela Vale foi realizado em abril de 2010 no Rio de Janeiro. Em 2011, em Minas Gerais, foi realizado o II Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, que simbolizou a tentativa de manter latente o movimento. Em 2012, durando o evento internacional Rio+20 foi realizado o III Encontro dos Atingidos pela Vale, no Rio de Janeiro, que culminou em uma manifestação na porta da empresa.<sup>19</sup>

Podemos entender o Movimento dos Atingidos pela Vale como elo de coesão dos indivíduos e de formação de uma consciência coletiva de luta pelos direitos violados, através da solidariedade despertada em cada um que narra as violações da empresa em sua comunidade. Esta consciência coletiva visa estreitar o laço entre os membros da uma “comunidade de interesses” e gerar um contato permanente contra aqueles que ameaçam tais interesses.

Uma comunidade é uma garantia de certeza, segurança e proteção. Através dela é possível traçar lutas pelo reconhecimento (BAUMAN, 2003). No caso dos atingidos pela Vale, é uma luta por justiça social, por demandas de redistribuição, em nome da igualdade, baseada na qualidade de vida dos povos, que hoje são afetados pela poluição e dos trabalhadores, que anseiam por melhores condições de trabalho. Essa luta por reconhecimento tem o papel de combater a desigualdade social, hoje tão dinamizada, e também busca se opor a fragmentação das lutas sociais, que reivindicam causas individuais.

### *Considerações Finais*

Pudemos aferir que desde a privatização os sindicatos vêm perdendo gradativamente sua força de negociação e buscando se fortalecer frente a uma “nova” empresa, redesenham suas estratégias de luta, procurando atuar junto a movimentos sociais e organizando redes sindicais no Brasil e no exterior.

Na dimensão *ação sindical direta*, no período da empresa totalmente estatal, a relação entre os sindicatos, trabalhadores e empresa apresentava baixa conflitu-

---

19 Além disso, em 18 de abril de 2012, a Articulação Internacional dos Atingidos da Vale (ou Movimento dos Atingidos pela Vale), apresentou um relatório que critica e denuncia os recorrentes e “insustentáveis” impactos ambientais e sociais causados pela mineradora Vale, intitulado de Relatório de “insustentabilidade” da Vale (em contraposição ao relatório de sustentabilidade da Vale, um documento divulgado anualmente pela empresa, que trata de uma análise geral de suas atividades).

sidade e raras demissões. Os sindicatos podiam, nas negociações, atuar em defesa dos trabalhadores, sem a necessidade de outras estratégias, que aparentemente nessa época eram pouco utilizadas, como o acesso a Justiça do Trabalho ou manifestações/greves.

No período de preparo para a privatização os conflitos passaram a ser mais constantes. A única greve geral realizada pelos trabalhadores da Vale ocorreu nesse período, em 1989, com duração de 10 dias; as mobilizações nas cidades mineradoras eram mais frequentes, com adesão da população local e as críticas a privatização eram recorrentes. Foi um período que coincidiu com a crise econômica, então as perdas salariais (arrocho) era sentidas e questionadas. Nessa época, após o período de incentivo a aposentadoria, os trabalhadores enfrentaram um período de demissões em massa. Frente a isso, os sindicatos passaram a se unir e realizar manifestações conjuntas que resultaram na Lei da Anistia.

Depois de privatizada a empresa Vale S.A não enfrentou nenhuma greve nacional, apenas manifestações, ora por conta das perdas salariais, ora frente às demissões. Os sindicatos, diante das demissões ocorridas em 2008-9, organizaram a “Frente em Defesa do Emprego e das Cidades Mineradoras” e avaliaram de forma positiva o resultado dela. Mas a tentativa de uma ação coletiva mais ampla e complexa entre os sindicatos não logrou êxito: a criação da Rede Sindical dos trabalhadores da Vale no Brasil, em 2007, dissolvida em 2009 por conta de inúmeras crises políticas internas. Entretanto, outro movimento, reunindo diferentes atores, além dos sindicatos, vem alcançando resultados favoráveis: o movimento internacional “Atingidos pela Vale”.

Nesse sentido, hoje vemos um fortalecimento do discurso de união dos sindicatos por alguns dirigentes e a participação dos mesmos nas lutas comunitárias, nacionais e internacionais, em comparação ao período da Vale estatal. E, se no período de desmonte da empresa, os movimentos visavam denunciar as arbitrariedades cometidas pelo Estado, agora, usam como estratégia fragilizar e desgastar a imagem da empresa privatizada.

Entretanto, a diversidade de trabalhadores na empresa, gerando inúmeros sindicatos diferentes, espalhados pelo Brasil, pertencentes a diferentes Centrais Sindicais e tendências (CUTVALE, Renovação, União & Lutas), e com diferentes interesses políticos em jogo, acarreta no enfraquecimento do diálogo entre eles. Além disso, a preocupação com salários e o medo do desemprego ainda são entraves para a adoção de uma postura entendida por Mattos (2009) como “classista, autônoma, combativa”. Essa tensão também gera elevação da produtividade dos trabalhadores,

e conseqüentemente, doenças decorrentes do estresse. Como se sentem sem saída, a Participação nos Resultados (PR) parece ser a única opção num falso jogo de soma zero.

A participação em movimentos sociais representa a busca por uma representação política dos grupos dominados, que não se sentem representados institucionalmente frente ao Estado, ou se sentem enfraquecidos em suas demandas particulares. Os movimentos podem ultrapassar o processo de formação de identidade e o reconhecimento social institucionalizado (OLIVEIRA, 1987). Sua emergência denuncia um quadro institucional que esbarrou no não acabamento real e simbólico das representações num quadro liberal-burguês, ou, na super-representatividade de certos grupos perante o Estado, onde frente à divisão social do trabalho os grupos cujo peso social é desproporcional ficam expostos. Através dos transbordamentos dos limites institucionais os movimentos buscam refletir sobre demandas para além dos grupos institucionalizados, como, por exemplo, as demandas das populações atingidas pela empresa que não estão necessariamente contidas nas reivindicações dos trabalhadores. Segundo Oliveira (1987), quando os grupos sociais lograrem superar seus particularismos, construindo um discurso geral, conseguirão produzir uma identidade mais geral, mas este é um longo caminho lógico-ontológico-dialético, onde os grupos construirão o movimento a partir do “algo em comum”.

Minha pesquisa no mestrado não conseguiu esgotar a questão acerca das novas estratégias sindicais frente à empresa mineradora transnacional Vale S.A. mas representou uma tentativa de levantar alguns dados que me permitiram refletir acerca das novas lutas trabalhistas gerando novas e desafiadoras indagações.

*Recebido em fevereiro de 2013; aprovado em maio de 2013.*

### *Referências Bibliográficas*

ALVES, Giovanni. *Limites do sindicalismo - Marx, Engels e a crítica da economia política*. -- Londrina: Praxis; Bauru: 2003.

\_\_\_\_\_. *Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho*/Giovanni Alves. 2ª edição – Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

BAUMAN, Zigmund. *Comunidade. A busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BENSUSÁN, Graciela. Introdução: problemas de desenho e desempenho institucional.*In:*

BENSUSÁN, Graciela (Org.) *Instituições Trabalhistas na América Latina: desenho legal e desempenho real*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

BOSSI, Dário; GAZZINELLI, Gustavo; KATO, Karina; MILANEZ, Bruno; Articulação Mineração-Siderurgia. A face agressiva da Vale. In *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário* / organização: Instituto Rosa LuxemburgStiftung. et al. 1.ed. São Paulo Expressão Popular, 2009.

CARVALHO, Laura Nazaré de. *Ação sindical e mineração: uma análise comparada de três sindicatos de trabalhadores da Vale S.A. da região sudeste brasileira*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da Universidade Federal Fluminense (UFF) para a obtenção do título de mestre em Ciências Jurídicas e Sociais. Niterói, 2012.

COSTA, Frederico Lustosa da. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 5, Oct. 2008. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122008000500003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122008000500003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 24 June 2011. doi: 10.1590/S0034-76122008000500003.

\_\_\_\_\_; PECI, Alketa. Desestatização como estratégia de reforma do Estado: análise preliminar da privatização no Brasil de Nova República. *Revista de Administração Pública*, v. 33, n. 3, p. 191-207, 1999.

LEITÃO, Lúcia. Mal-estar em Itabira: poder, limites e responsabilidade na produção do espaço urbano. *XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA*. Recife (PE), 2007.

GARCIA, Ana Saggiaro. Empresas transnacionais brasileiras: dupla frente de luta. in *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário* / organização: Instituto Rosa Luxemburg Stiftung. et al. 1.ed. São Paulo Expressão Popular, 2009.

\_\_\_\_\_. *Novo precedente de luta no atual capitalismo: o primeiro encontro internacional dos atingidos pela Vale*. 2010. Disponível em [http://www.chicoalencar.com.br/\\_portal/artigos\\_do.php?codigo=789](http://www.chicoalencar.com.br/_portal/artigos_do.php?codigo=789)

MARTINS, Sergio Pinto. *Direito do trabalho*. 26 ed. São Paulo: Atlas, 2010a.

\_\_\_\_\_. *Direito Processual do Trabalho: doutrina e prática forense; modelos de petição, recursos, sentenças e outros*. 30ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010b.

MARX, Karl. O CAPITAL. *Crítica da Economia Política - Livro 1 (O Processo de Produção do Capital)*. Difel, São Paulo, 1984.

\_\_\_\_\_. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. Rio de Janeiro, Paz e Terra:

1998. (Publicado pela primeira em fevereiro de 1848.).

MATTOS, Marcelo Badaró. Classes sociais e luta de classes: atualidade dos conceitos. *III Conferencia Internacional La obra de Carlos Marx y los desafios Del Siglo XXI*. Havana, 2006.

\_\_\_\_\_. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo, Ed Expressão Popular, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *De ferro e flexíveis. Marcas do Estado empresário e da privatização na subjetividade operária*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. *O elo perdido: classe e identidade de classe*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1987.

SILVA, Sayonara Grillo. *Relações Coletivas de Trabalho – Configurações Institucionais no Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Editora LTr, 2008.

SILVA, Maria das Graças Souza e; SOUZA, Maria do Rosário Guimarães de. Itabira - Vulnerabilidade Ambiental: impactos e riscos socioambientais advindos da mineração em área urbana. *XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, 2002.

VIEIRA, Luiz Carlos dos Santos. *O setor mineral e o Sindimina no Rio de Janeiro*. 2005. Disponível em <http://www.sindimina-rj.org.br/sindicato.html>

### *Documentos e revistas consultadas*

DIEESE. Participação dos Trabalhadores nos Lucros ou Resultados das Empresas 2005. *Estudos e pesquisas*. Ano 3 – Nº 22 – agosto de 2006

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. *Mapa Social, Trabalhista e Ambiental. Companhia Vale do Rio Doce. 2004*. Disponível em: [http://www.observatoriosocial.org.br/arquivos\\_biblioteca/conteudo/1940CRVD2006perfil.pdf](http://www.observatoriosocial.org.br/arquivos_biblioteca/conteudo/1940CRVD2006perfil.pdf).

\_\_\_\_\_. *Estudo preliminar sobre o perfil mundial da VALE*. São Paulo, 2009.

ORGANIZAÇÕES INTEGRANTES DO I ENCONTRO INTERNACIONAL DOS ATINGIDOS PELA VALE. *Dossiê dos impactos e violações da Vale no mundo, 2010*. Versão preliminar do documento sujeita a modificações. Rio de Janeiro, abril de 2010. Disponível em [http://atingidospelavale.files.wordpress.com/2010/04/dossie\\_versaoweb.pdf](http://atingidospelavale.files.wordpress.com/2010/04/dossie_versaoweb.pdf)

VALE S.A. RELATÓRIO FINANCEIRO DA VALE, primeiro trimestre de 2009

VALE S.A. RELATORIO DE SUSTENTABILIDADE DA VALE, 2009

VALE S.A. RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE DA VALE, 2010

VALE S.A. RELATÓRIO ANUAL REFERENTE À SEÇÃO 13 OU 15(d) DA SECURITIES EXCHANGE ACT DE 1934 da Vale. Para o ano fiscal terminado em: 31 de dezembro de 2010

VALE S.A. RELATÓRIO DE PRODUÇÃO DA VALE. 2º trimestre de 2011

VALE S.A. RELATORIO DO DESEMPENHO DA VALE. 2º trimestre de 2011

### *Jurisprudência*

RR - 103600-95.2006.5.17.0012, Relator Ministro: Emmanoel Pereira, Data de Julgamento: 08/06/2011, 5ª Turma, Data de Publicação: 17/06/2011

Notícia do TST: [http://ext02.tst.jus.br/pls/no01/NO\\_NOTICIAS.Exibe\\_Noticia?p\\_cod\\_noticia=972&p\\_cod\\_area\\_noticia=ASCS&p\\_txt\\_pesquisa=CVRD](http://ext02.tst.jus.br/pls/no01/NO_NOTICIAS.Exibe_Noticia?p_cod_noticia=972&p_cod_area_noticia=ASCS&p_txt_pesquisa=CVRD);

NOTÍCIAS DO TST: [http://ext02.tst.jus.br/pls/no01/NO\\_NOTICIAS.Exibe\\_Noticia?p\\_cod\\_noticia=6887&p\\_cod\\_area\\_noticia=ASCS&p\\_txt\\_pesquisa=cvrld](http://ext02.tst.jus.br/pls/no01/NO_NOTICIAS.Exibe_Noticia?p_cod_noticia=6887&p_cod_area_noticia=ASCS&p_txt_pesquisa=cvrld)

RR 738714/2001: [http://ext02.tst.jus.br/pls/no01/NO\\_NOTICIAS.Exibe\\_Noticia?p\\_cod\\_noticia=2985&p\\_cod\\_area\\_noticia=ASCS&p\\_txt\\_pesquisa=CVRD](http://ext02.tst.jus.br/pls/no01/NO_NOTICIAS.Exibe_Noticia?p_cod_noticia=2985&p_cod_area_noticia=ASCS&p_txt_pesquisa=CVRD)

### *Reportagens consultadas*

BNDES libera R\$ 7,3 bi para a Vale investir no Brasil. Estado de São Paulo, 1 de abril de 2008. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/economia,bndes-libera-r-73-bi-para-vale-investir-no-brasil,149399,0.htm>

II Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale. 01/05/2011. Disponível em [www.justicanostrilhos.org/nota/721](http://www.justicanostrilhos.org/nota/721)